

REVISTA DO IBRAC

DOCTRINA
JURISPRUDÊNCIA
LEGISLAÇÃO



Viver sem fronteiras

São Paulo
Volume 12 número 3 - 2005
ISSN 1517-1957

***INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE CONCORRÊNCIA,
CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL - IBRAC***

Rua Cardoso de Almeida 788 cj 121

CEP 05013-001 - São Paulo - SP - Brasil

Tel.: (011) 3872 2609 / 3673 6748

Fax.: (011) 3872 2609 / 3673 6748

REVISTA DO IBRAC

EDITORIA

DIRETOR: Carlos Eduardo Monte Alegre Toro

Editor Assistente: José Carlos Busto

Conselho Editorial : Alberto Venâncio Filho, Carlos Francisco de Magalhães, José Del Chiaro F. da Rosa, José Inácio G. Franceschini, Mauro Grinberg, Tércio Sampaio Ferraz, Ubiratan Mattos, Rui Pinheiro Jr, Werter Rotuno Faria, Paula Forgioni, Gesner Oliveira, Arthur Barrionuevo, Marcelo Calliari, Renault Freitas de Castro, Maria Cecília Andrade, Jorge Fagundes.

A REVISTA DO IBRAC aceita colaborações relativas ao desenvolvimento das relações de concorrência e de consumo. A Redação ordenará a publicação dos textos recebidos.

Periodicidade: 6 números em 2002

Catálogo

Abuso do Poder Econômico / Competitividade / Mercado / Política Industrial / Legislação de Defesa da Concorrência.

ISSN 1517-1957

CDU 339.19 / 343.53

www.ibrac.org.br

ibrac@ibrac.org.br

IBRAC
Desde 1992

Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência,
Consumo e Comércio Internacional

INSTITUTO BRASILEIRO DE
ETCO
ÉTICA CONCORRENCIAL

**PRÊMIO IBRAC/ETCO DE MONOGRAFIAS
SOBRE CONCORRÊNCIA DESLEAL**

CARTA AOS LEITORES

Não é hábito da revista texto introdutório.

Cabe aqui uma exceção.

O ETCO - Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial promoveu, juntamente com o IBRAC, em julho de 2004, concurso de monografias.

Como diretor da revista e membro convidado para a banca que analisou os trabalhos apresentados, quero convidar nossos leitores a verificarem o alto grau qualitativo dos trabalhos vitoriosos.

Seus autores, sempre jovens, permitem entrever que o futuro do tema concorrencial está em boas mãos.

Analisar os fatores causadores da concorrência desleal no mercado, suas conseqüências nefastas e a propositura de mecanismos legais e éticos para combater tais práticas são motivos de alegria para o IBRAC. O trabalho do ETCO de promover a política sadia de concorrência não será em vão. Esse concurso é prova cabal desse espírito.

Cumprimentando autores e entidades envolvidas nessa importante missão, convido os leitores a conhecerem os trabalhos.

Boa leitura!

Carlos Eduardo Toro

**PRÊMIO IBRAC-ETCO DE MONOGRAFIAS EM DEFESA DA
ÉTICA CONCORRENCIAL**

COMISSÃO JULGADORA

Carlos Eduardo Monte Alegre Toro
César Costa Alves de Mattos
Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer
Gesner Oliveira
João Grandino Rodas
Marco Antonio Santos de Gregorio
Ruy Coutinho do Nascimento

CATEGORIA GRADUAÇÃO

1º colocado

Título: Os limites operativos do direito e a regulação jurídica por incentivos para a redução da concorrência desleal

Nome: Leandro Alexi Franco

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

2º colocado

Título: O impacto negativo da pirataria no cenário mercadológico e as dificuldades no combate a falsificação

Nome: Arilson Coelho de Carvalho

Instituição: UniverCidade - RJ

3º colocado

Título: O controle da colusão horizontal no mercado de combustíveis

Nome: Luiza Saito Sampaio

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

CATEGORIA PROFISSIONAL

1º colocado

Título: A ordem econômica e a propriedade intelectual

Nome: Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas Mesquita

2º colocado

Título: Reflexões referentes à redução de custos decorrente da informalidade na economia brasileira e a prática de preços predatórios

Nome: Daniela Diniz Tavares

3º colocado

Título: O papel da atuação governamental nas relações de consumo e concorrenciais: quem protege a ética? Uma visão a partir da presença do mercado ilegal na indústria de cigarros

Nome: Rodrigo Holtermann Lagreca

ÍNDICE

OS LIMITES OPERATIVOS DO DIREITO E A REGULAÇÃO JURÍDICA POR INCENTIVOS PARA A REDUÇÃO DA CONCORRÊNCIA DESLEAL 13

Leandro Alexi Franco

1. Introdução	13
2. Evolução da concorrência empresarial e a transformação do direito na economia globalizada	15
2.1. A industrialização no Brasil e a evolução da concorrência empresarial ...	15
2.2. Os limites operativos do direito: a evolução da regulamentação comando -e-controle e a regulamentação jurídica por incentivos	22
3. A base teórica das normas jurídicas como incentivos: a teoria da análise econômica do direito	27
3.1. Os fundamentos teóricos da análise econômica do direito	27
3.2. O surgimento da Economic Analysis of Law	28
3.3. O teorema de Coase e o problema do custo social	30
3.4. A consolidação da análise econômica do direito	33
3.5. O ambiente institucional e os incentivos e desincentivos	39
4. Considerações finais	47
5. Referências Bibliográficas	48

O IMPACTO NEGATIVO DA PIRATARIA NO CENÁRIO MERCADOLÓGICO E AS DIFICULDADES NO COMBATE A FALSIFICAÇÃO 51

Arilson Coelho de Carvalho

Resumo	51
Introdução	51
Capítulo 1 - Levantamento de dados sobre o problema da pirataria	53
1.1. O que é pirataria	53
1.2. Sobre a falsificação	54
1.3. A rota da pirataria	54
1.4. Resultados da CPI da pirataria	55
1.5. Indicadores internacionais e nacionais	57
Capítulo 2 - O “Mix de Marketing da Pirataria”	62
2.1. Praça/Distribuição - As aduanas	63
2.2. Produto - Avanços tecnológicos	65
2.3. Preço - A questão tributária	68
2.4. Promoção - Apoiada na divulgação oficial das marcas originais	74
2.5. A legislação	75
Capítulo 3 - O Combate à Pirataria: Uma questão de Ética e Responsabilidade Social	76
3.1. O Estado e a ética	76
3.2. A gestão ecocêntrica	78

3.3. A responsabilidade social no combate à pirataria	79
3.4. A pirataria “faz muito mal à saúde”	81
Análise final	84
Bibliografia	86
Referências eletrônicas	87

O CONTROLE DA COLUSÃO HORIZONTAL NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS

89

Luiza Saito Sampaio

Introdução	89
1. A Política de Concorrência no Brasil	90
1.1. A importância do controle concorrencial de condutas	91
2. A colusão horizontal	95
2.1. Definição	96
2.2. Caracterização	97
2.3. Formas de Manifestação	99
2.4. Justificativas possíveis para a colusão horizontal	102
3. A Defesa da Concorrência no Mercado de Combustíveis	102
3.1. O mercado de combustíveis no Brasil	103
3.2. Interface entre a atividade reguladora e a defesa da concorrência	107
4. A experiência do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência – SBDC em relação à colusão horizontal	114
4.1. A Jurisprudência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE	114
4.2. Inovações no controle de cartéis no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC	117
Conclusão	119
Referências Bibliográficas	120

A ORDEM ECONÔMICA E A PROPRIEDADE INTELECTUAL

123

Rodrigo Octávio de Godoy Bueno Caldas Mesquita

1. Introdução	123
2. Do direito de exclusividade da propriedade intelectual	125
3. Contornos do exercício da titularidade da propriedade intelectual	126
3.1. Limitação ou restrição geral à propriedade intelectual: a função social	127
3.2. Limitações e restrições específicas dos direitos de propriedade intelectual	130
4. A ordem econômica e a propriedade intelectual	131
4.1. Pool de direitos de propriedade intelectual	132
4.2. Pools anti e procompetitivos	135
5. Equacionando a propriedade intelectual e a concorrência	137
5.1. Licenciamento compulsório de patente por exercício abusivo ou por prática de abuso de poder econômico	143

5.2. Caducidade de patente	146
5.3. Teoria do abuso de direito	146
5.4. Medida preventiva, compromisso de cessação e compromisso de desempenho	149
5.5. Direito de ação e ação civil pública	152
6. Conclusão	154
7. Bibliografia	156

REFLEXÕES REFERENTES À REDUÇÃO DE CUSTOS DECORRENTE DA
INFORMALIDADE NA ECONOMIA BRASILEIRA E A PRÁTICA DE PRE-
ÇOS PREDATÓRIOS 159

Daniela Diniz Tavares

I. Introdução	159
II. Economia Informal	160
III. Preço Predatório na Perspectiva Brasileira	166
IV. Informalidade e Predação	186
V. Conclusões	196
VI. Bibliografia	198

O PAPEL DA ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NAS RELAÇÕES DE CONSU-
MO E CONCORRENCIAIS: QUEM PROTEGE A ÉTICA? UMA VISÃO A
PARTIR DA PRESENÇA DO MERCADO ILEGAL NA INDÚSTRIA DE
CIGARROS 201

Rodrigo Holtermann Lagreca

1. Introdução	201
2. Metodologia	203
3. Referencial Teórico	203
4. A oferta ilegal de cigarros no mercado brasileiro	206
5. Evolução das formas ilegais de suprimento do mercado brasileiro de cigarros ..	209
5.1. contrabando proveniente de exportações brasileiras	209
5.2. contrabando a partir de fábricas nos países limítrofes e evasão fiscal com base em pequenos produtores brasileiros	210
5.3. Oferta ilegal mista: contrabando com origem nos países limítrofes e produção ilícita no Brasil	211
5.4. A estrutura de distribuição como apoio a oferta ilegal	214
5.5. Impactos da oferta informal na indústria, governos e sociedade	216
5.6. Experiências adquiridas no combate à atividade informal	222
6. Conclusões	223
Referências bibliográficas	225

RELAÇÃO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NA REVISTA DO IBRAC 229

